

Grupo Omni

**Demonstrações Financeiras
consolidadas do Conglomerado
Prudencial 31 de dezembro de
2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial	4
Balancos patrimoniais - Conglomerado Prudencial	8
Demonstrações dos resultados - Conglomerado Prudencial	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Conglomerado Prudencial	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Conglomerado Prudencial	11
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas	12

Relatório da Administração

Srs. Acionistas

Submetemos à vossa apreciação as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, acompanhado do relatório dos auditores independentes referente ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento é a instituição líder do Conglomerado Prudencial.

Sobre a Omni

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Omni” ou “Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 31 de dezembro de 2020 a Omni - “Conglomerado Prudencial” possui ativos totais de R\$ 4,87 bilhões (R\$ 3,83 bilhões em 2019), sendo R\$ 3,05 bilhões (R\$ 2,65 bilhões em 2019) de carteira de crédito líquida composta principalmente por empréstimos e financiamentos e receitas de intermediação financeira de R\$ 1,63 bilhão (R\$ 1,55 bilhão em 2019).

O patrimônio líquido fechou em R\$ 504,5 milhões (R\$ 346,1 milhões em 2019), considerando o pagamento de R\$ 2,949 milhões (R\$ 6 milhões em 2019) de dividendos distribuídos e R\$ 16,050 milhões (R\$ 18,824 milhões em 2019) de juros sobre capital próprio pago no decorrer do exercício.

O patrimônio de referência ao final do exercício é em R\$ 734,9 milhões (R\$ 471,1 em 2019).

O lucro líquido do exercício é R\$ 177,2 milhões (R\$ 91,2 milhões em 2019).

São Paulo, 26 de março de 2021.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores da

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (Instituição Líder do Conglomerado Prudencial)

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota Explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação a Instituição e suas entidades controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras consolidadas que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referente ao semestre findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 26 de março de 2021.

Outas informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

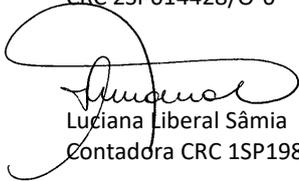
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com as Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
Balancos patrimoniais - Conglomerado Prudencial

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	2020	2019	Passivo	Nota Explicativa	2020	2019
Disponibilidades	4	7,412	8,192	Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos	12	3,766,125	3,061,885
Instrumentos financeiros		4,712,114	3,664,672	Instituições financeiras		22,107	1,809
Títulos e valores mobiliários	4 e 5.a	1,123,492	521,327	Depósitos		2,707,633	2,317,401
Relações Interfinanceiras		17,945	6,345	Letras financeiras		445,327	425,061
Operações de créditos	7	3,570,677	3,137,000	Letras financeiras LTEL - LFG		200,059	-
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.d	(519,978)	(482,303)	Dívidas subordinadas		315,853	205,439
Operações de arrendamento mercantil		19,207	31,313	Outros passivos instrumentos financeiros		75,146	112,175
Operação de arrendamento - setor privado	8	23,170	33,396	Provisões	14	70,665	71,420
(-) Provisão para perdas esperadas associadas a operação de arrendamento mercantil	8.e	(3,963)	(2,083)	Contingências		70,665	71,420
Créditos tributários	15	378,637	264,868	Outros passivos		513,564	344,247
Outros Ativos	9	235,907	291,354	Contas a pagar - Operações de Cartões	13.b	434,354	274,402
Investimentos em participações em Controladas e Coligadas	10	27,055	7,793	Fiscais e Previdenciários	13.a	18,794	16,549
Imobilizado de uso		11,689	10,225	Outros passivos	13.b	60,416	53,296
(-) Depreciações		(6,853)	(5,888)	Obrigações fiscais diferidas	15.e	4,449	4,075
Intangível	11	38,950	87,338	Resultados de Exercícios Futuros		6,648	3,095
(-) Amortizações	11	(38,173)	(46,725)	Patrimônio líquido		504,516	346,117
				Capital social	17	300,000	164,088
				Reservas de lucros		204,183	181,901
				Outros resultados abrangentes		(151)	(108)
				Patrimônio Líquido Atribuído aos Acionistas Controladores		504,032	345,881
				Participação de não controlador		484	236
Total do ativo		4,865,967	3,830,839	Total do passivo		4,865,967	3,830,839

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
Demonstrações dos resultados - Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota Explicativa	2º Semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019
Receitas da intermediação financeira		904,002	1,634,456	1,554,732
Operações de crédito	7.f	891,251	1,604,333	1,539,767
Operações de arrendamento mercantil	8.f	2,667	5,907	7,372
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.c	10,403	21,906	27,346
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	(319)	2,310	(19,753)
Despesas da intermediação financeira		(456,454)	(754,946)	(657,861)
Operações de captação no mercado	12.b	(81,011)	(170,986)	(216,070)
Operações de Empréstimos e Repasses		(2,009)	(5,069)	(5,764)
Desconto Concedido		(373,434)	(578,891)	(436,027)
Resultado bruto da intermediação financeira		447,548	879,510	896,871
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.g	(110,927)	(307,136)	(327,262)
Outras receitas operacionais		126,075	247,792	203,628
Receitas de prestação de serviços	18.a	85,564	170,039	150,046
Resultado de participações em controladas	11	12,570	24,506	9,483
Outras receitas operacionais	18.b	27,941	53,247	44,099
Outras despesas operacionais		(387,919)	(755,592)	(744,809)
Despesas de pessoal	19.a	(39,099)	(75,318)	(51,789)
Despesas com Serviços de terceiros	19.b	(169,229)	(311,677)	(294,761)
Outras despesas administrativas	19.c	(99,434)	(200,770)	(227,633)
Despesas tributárias	19.d	(28,028)	(58,869)	(55,996)
Outras despesas operacionais	19.e	(52,129)	(108,958)	(114,630)
Despesas de provisões		1,364	585	8,684
Provisões para Contingências		1,428	755	8,785
Outras Provisões		(64)	(170)	(101)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação de não controladores		76,141	65,159	37,112
Imposto de renda e contribuição social		1,928	112,289	54,180
Provisão para imposto de renda		(3,772)	(5,098)	(4,599)
Provisão para contribuição social		(2,109)	(3,060)	(2,904)
Ativo fiscal diferido		7,809	120,447	61,683
Participação de Não controladores	11	9	(255)	-
Lucro líquido do semestre / exercicios		78,078	177,193	91,292
Resultado atribuído para:				
Controlador		78,078	177,193	91,292
Não controlador		(9)	255	-
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento - Conglomerado Prudencial
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

		Atribuível aos acionistas controladores							
		Reserva de Lucros				Lucros acumulados	Total	Participação de Não Controladores	Total
Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Outros resultados abrangentes					
	Saldos em 31 de dezembro de 2018	164,088	12,251	107,383	(207)	-	283,515	2,757	286,272
	Ajuste a valor de mercado de TVM e Derivativos	-	-	-	99	-	99	-	99
	Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	91,292	91,292	-	91,292
	Destinação do lucro líquido:								
	Reserva legal	-	4,565	-	-	(4,565)	-	-	-
	Reservas de Lucros	-	-	86,727	-	(86,727)	-	-	-
	Remuneração do capital próprio	-	-	(24,824)	-	-	(24,824)	-	(24,824)
	Participação de Não controladores	-	-	(4,201)	-	-	(4,201)	(2,521)	(6,722)
	Saldos em 31 de dezembro de 2019	164,088	16,816	165,085	(108)	-	345,881	236	346,117
	Mutações no exercício	-	4,565	57,702	99	-	62,366	(2,521)	59,845
	Saldos em 31 de dezembro de 2019	164,088	16,816	165,085	(108)	-	345,881	236	346,117
	Aumento do Capital Social com Reservas	135,912	-	(135,912)	-	-	-	-	-
	Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(43)	-	(43)	-	(43)
	Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	177,193	177,193	-	177,193
	Destinação do lucro líquido:								
	Reserva legal	-	8,860	-	-	(8,860)	-	-	-
	Reserva de Lucros	-	-	168,333	-	(168,333)	-	-	-
	Remuneração do capital próprio	-	-	(18,999)	-	-	(18,999)	-	(18,999)
	Participação de Não controladores	-	-	-	-	-	-	248	248
	Saldos em 31 de dezembro de 2020	300,000	25,676	178,507	(151)	-	504,032	484	504,516
	Mutações do exercício	135,912	8,860	13,422	(43)	-	158,151	248	158,399
	Saldos em 30 de junho de 2020	300,000	21,772	114,576	(171)	-	436,177	500	436,677
	Aumento do Capital Social com Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	20	-	20	-	20
	Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	78,078	78,078	-	78,078
	Destinação do lucro líquido:								
	Reserva legal	-	3,904	-	-	(3,904)	-	-	-
	Reserva de Lucros	-	-	74,174	-	(74,174)	-	-	-
	Remuneração do capital próprio	-	-	(10,243)	-	-	(10,243)	-	(10,243)
	Participação de Não controladores	-	-	-	-	-	-	(16)	(16)
	Saldos em 31 de dezembro de 2020	300,000	25,676	178,507	(151)	-	504,032	484	504,516
	Mutações do exercício	-	3,904	63,931	20	-	67,855	(16)	67,839

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019
Atividades operacionais			
Lucro líquido	78,078	177,193	91,292
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	110,927	307,136	327,262
(+/-) Ajuste A Valor De Mercado Para Financiamentos Objeto De Hedge	10,153	16,830	(3,278)
Depreciação	3,672	5,904	672
Amortização Intangível	97	2,479	4,586
Amortização de Carteiras Adquiridas	27,108	59,321	72,105
Provisão/(reversão) de passivos contingentes	(1,428)	(755)	(8,785)
Perdas em outros valores e bens	55	123	(118)
Resultado de participação em controladas	(12,579)	(24,251)	(9,454)
Variações monetárias	-	-	1,147
Imposto de renda e contribuição social correntes	5,880	8,157	7,503
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7,809)	(120,447)	(61,683)
Lucro líquido ajustado	214,154	431,690	421,249
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	(577,493)	(797,897)	(1,157,344)
Títulos e valores mobiliários	8,667	(80,611)	(60,430)
Outros resultados abrangentes	(20)	43	(108)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Relações interfinanceiras	(2,912)	(11,601)	(6,276)
Operações de crédito	(606,850)	(719,764)	(953,161)
Operações de arrendamento	6,343	12,106	(7,596)
Outros ativos	17,279	1,930	(129,773)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	600,256	870,078	950,503
Depósitos	384,695	543,556	613,909
Obrigações por operações compromissadas	(1,097)	(3,696)	3,449
Recursos de aceites cambiais	46,903	90,993	87,832
Obrigações por empréstimos e repasses	(37,178)	(37,029)	112,174
Letras Financeiras e dívidas subordinadas	104,914	110,413	92,458
Outros passivos	99,100	162,287	39,433
Resultado de exercícios futuros	2,919	3,554	1,248
Caixa líquido gerados pelas atividades operacionais	236,917	503,871	214,408
Atividades de investimento			
Aumento das participações em coligadas e controladas	(1,707)	4,989	(16,133)
Aquisição de ativo imobilizado	(3,892)	(6,402)	(2,485)
Aquisição de intangível	-	(1,863)	(4,586)
Alienação de participação em coligadas e controladas	39,222	39,222	-
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de investimento	33,623	35,946	(23,204)
Dividendos pagos	-	(2,949)	(6,000)
Participação de não controladores no patrimônio	-	-	(6,393)
Juros sobre capital próprio pagos	(10,243)	(16,051)	(18,824)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(10,243)	(19,000)	(31,217)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	260,297	520,817	159,987
No início do semestre/exercício	637,803	377,283	217,296
No fim do semestre/exercício	898,100	898,100	377,283
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	260,297	520,817	159,987

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas
(Em milhares de reais)**

1 Contexto operacional

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Omni ou Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento.

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento é a instituição líder do Conglomerado Prudencial.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

As demonstrações financeiras consolidadas - conglomerado prudencial foram elaboradas pela Administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN). Dessa forma, foram observados requisitos específicos na consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na referida Resolução no 4.280/13 determinados pelo CMN e Bacen, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária e pelo próprio CMN ou Bacen para outros tipos de consolidação. Neste sentido, o Conglomerado Prudencial abrange as Demonstrações Financeiras da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, empresas controladas e fundos de investimentos, conforme requerido na Resolução no 4.280/13.

Para a elaboração dessas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, foram eliminados saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas, eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas, bem como foi destacada a participação referente aos acionistas minoritários.

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução nº 4.280/13 do CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

O art. 1º da Resolução nº 4.280/13, do CMN determina que na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos às entidades localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, discriminadas a seguir:

- (i) Instituições financeiras;

Omni S.A - Crédito, Financiamento e Investimento - Instituição líder do Conglomerado Prudencial
Demonstrações Financeiras
Consolidadas do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2020

- (ii) Demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- (iii) Administradoras de consórcios;
- (iv) Instituições de pagamento;
- (v) Sociedades das quais realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e
- (vi) Outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V.

Assim, as Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial compreendem as seguintes entidades:

		2020			
Empresas	Atividade	% Participação	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido
Instituições Financeiras			7.148.320	791.596	306.577
Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Financeira	Controlador	3.819.799	504.033	177.194
Omni S.A. Arrendamento Mercantil	Arrendamento	99,99%	33.194	13.853	(682)
Omni Banco S.A.	Banco	100,00%	3.295.327	273.710	130.065
Securitizadora			13.916	11.423	(967)
Multibens Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora	-	568	483	402
Omni Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora	99,99%	13.348	10.940	(1.369)
Total Conglomerado Prudencial			7.162.236	803.019	305.610
Saldo de Eliminações			(2.296.269)	(298.503)	(128.417)
Saldo Consolidado			4.865.967	504.516	177.193
		2019			
Empresas	Atividade	% Participação	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido
Instituições Financeiras			5.836.147	504.062	103.353
Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Financeira	Controlador	3.218.112	345.881	87.090
Omni S.A. Arrendamento Mercantil	Arrendamento	99,99%	38.979	14.535	1.009
Omni Banco S.A.	Banco	100,00%	2.579.056	143.646	15.254
Securitizadora			12.888	12.389	5.438
Multibens Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora	-	433	80	5.025
Omni Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora	99,99%	12.455	12.309	413
Outras			78.115	34.106	(1.013)
Pagbem Serviços Financeiros e de Logística Ltda ⁽¹⁾	Instituição de Pagamento	92,00%	78.115	34.106	(1.013)
Total Conglomerado Prudencial			5.927.150	550.557	107.778
Saldo de Eliminações			(2.096.311)	(204.440)	(16.486)
Saldo Consolidado			3.830.839	346.117	91.292

⁽¹⁾ O Omni Banco S.A adquiriu 92% das quotas da PagBem em abril de 2019. Em dezembro de 2020 o Banco alienou a totalidade de sua participação acionária na empresa Pagbem Serviços Financeiros e de Logística Ltda.

Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras:

Omni S.A - Crédito, Financiamento e Investimento - Instituição líder do Conglomerado Prudencial
Demonstrações Financeiras
Consolidadas do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2020

As alterações advindas das Resoluções CMN n. 4.818/2020 e BCB n.º 2 foram incluídas nas Demonstrações Financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). Desta forma, a Instituição realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020 atendendo aos requerimentos das respectivas Resoluções, onde destacamos que as principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário); os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente; e a apresentação de resultados recorrentes e não recorrentes.

A Demonstração do Resultado Abrangente não está sendo apresentada em virtude de o Conglomerado Prudencial ser um consolidado para fins específicos.

Apresentamos a reconciliação dos saldos apresentados com modificações de saldos ou nomenclatura no exercício de 2019 como segue:

Classificação Anterior	Anterior	Atual	Nova classificação por grupo
Disponibilidades	377.283	377.283	Disponibilidades
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	152.236	152.236	Instrumentos financeiros
Relações Interfinanceiras	6.345	6.345	Instrumentos financeiros
Operações de créditos	3.137.000	3.137.000	Instrumentos financeiros
Operação de arrendamento mercantil	166	166	Operações de arrendamento mercantil
Imobilizado de arrendamento mercantil	66.056	66.056	Operações de arrendamento mercantil
Credores por antecipação de valor residual	(32.826)	(32.826)	Operações de arrendamento mercantil
Provisões para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(2.083)	(2.083)	(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
Operações de créditos	(482.303)	(482.303)	(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
Outros valores e bens	1.070	1.070	Outros Ativos
Diversos	290.284	290.284	Outros Ativos
Diversos	264.868	264.868	Créditos Tributários
Investimentos	7.793	7.793	Investimentos em participações em controladas e coligadas
Outras imobilizações de uso	10.225	10.225	Imobilizado de uso
Ativos Intangíveis	87.338	87.338	Intangível
(-) Depreciações acumuladas	(5.888)	(5.888)	Depreciações e amortizações
(-) Amortizações acumuladas	(46.725)	(46.725)	Depreciações e amortizações
Total Ativo	3.830.839	3.830.839	
Depósitos Interfinanceiros	1.809	1.809	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Depósitos	2.122.573	2.122.573	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Recursos de aceites e emissão de títulos	194.828	194.828	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Letras Financeiras	425.061	425.061	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Obrigações por empréstimos e repasses	112.175	112.175	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	205.439	205.439	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Outras obrigações	344.247	344.247	Outros passivos
Outras obrigações	71.420	71.420	Provisões
Outras obrigações	4.075	4.075	Obrigações fiscais diferidas
Resultado de exercícios futuros	3.095	3.095	Resultado de exercícios futuros
Capital social	164.088	164.088	Capital social
Reserva de lucros	181.901	181.901	Reservas
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	(108)	(108)	Outros resultados abrangentes
Participação de não controladores	236	236	Participação de não controladores
Total Passivo	3.830.839	3.830.839	

Omni S.A - Crédito, Financiamento e Investimento - Instituição líder do Conglomerado Prudencial Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2020

Classificação anterior	Anterior	Atual	Nova Classificação por grupo
Receitas da intermediação financeira	1.554.732	1.554.732	Receitas da intermediação financeira
Operações de crédito	1.539.767	1.539.767	Operações de crédito
Resultado de operações de arrendamento mercantil	7.372	7.372	Resultado de operações de arrendamento mercantil
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	27.346	27.346	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(19.753)	(19.753)	Resultado com instrumentos financeiros derivativos
Despesas da intermediação financeira	(657.861)	(657.861)	Despesas da intermediação financeira
Operações de captação no mercado	(216.070)	(216.070)	Operações de captação no mercado
Operações de Empréstimos e Repasses	(5.764)	(5.764)	Operações de Empréstimos e Repasses
Outras despesas operacionais	(436.027)	(436.027)	Desconto concedido
Resultado bruto da intermediação financeira	896.871	896.871	Resultado bruto da intermediação financeira
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(327.262)	(327.262)	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
Outras receitas /(despesas) operacionais	211.670	211.670	Outras Receitas Operacionais
Receitas de prestação de serviços	150.046	150.046	Receitas de prestação de serviços
Resultado de participações em controladas	9.982	9.982	Resultado de participações em controladas
Outras receitas operacionais	51.642	51.642	Outras receitas operacionais
Outras receitas /(despesas) operacionais	(744.809)	(744.809)	Outras Despesas Operacionais
Despesas de pessoal	(51.789)	(51.789)	Despesas de pessoal
Outras despesas administrativas	(294.761)	(294.761)	Despesas com Serviços de terceiros
Outras despesas administrativas	(227.633)	(227.633)	Outras despesas administrativas
Despesas tributárias	(55.996)	(55.996)	Despesas tributárias
Outras despesas operacionais	(114.630)	(114.630)	Outras despesas operacionais
Outras receitas /(despesas) operacionais	1.170	1.170	Despesas de provisões
Provisões para Contingências	1.271	1.271	Provisões para Contingências
Outras Provisões	(101)	(101)	Outras Provisões
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	37.640	37.640	Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação de minoritários
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social	54.180	54.180	Imposto de renda e contribuição social
Provisão para imposto de renda	(4.599)	(4.599)	Provisão para imposto de renda
Provisão para contribuição social	(2.904)	(2.904)	Provisão para contribuição social
Ativo fiscal diferido	61.683	61.683	Ativo fiscal diferido
Lucro líquido do exercício	91.820	91.820	Lucro líquido do exercício
Resultado atribuído para:			Resultado atribuído para:
Controlador	91.292	91.292	Controlador
Não controlador	528	528	Não controlador

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram aprovadas em 26 de Março de 2021.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras das Instituições que compõem o Conglomerado são apresentadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que as Instituições operam.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que apresentem risco insignificante de mudança de valor.

d) Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive os derivativos e créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Omni revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

e) Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

f) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

g) Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

- (i) Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
- (iii) Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

h) Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos forem destinados a “hedge”, com prazos e taxas iguais ao da operação objeto de “hedge”, são contabilizados pelo valor de curva dos contratos, com as

valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado conforme Circular nº 3.150/02 do BACEN.

O montante de diferenciais a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “pro rata” dia até a data do balanço.

A avaliação das operações de Futuro é efetuada com base no valor de mercado e seu ajuste é registrado no resultado do período.

i) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A Administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. Com o objetivo de atenuar impactos da COVID-19 na economia, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.791/2020, flexibilizou de forma temporária a caracterização de um ativo problemático permitindo que situações de (i) incapacidade financeira da contraparte para honra da obrigação nas condições pactuadas e (ii) reestruturação da operação relativa à exposição, deixem de ser consideradas indicativos de que uma obrigação não será integralmente honrada. Essa flexibilização é válida para reestruturações de operações de crédito realizadas até 30 de setembro de 2020.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são calculadas de acordo com a classificação das operações mantidas na carteira da companhia em um dos nove diferentes níveis de risco (de AA a H). O aumento da provisão ocorre pela contabilização de novas provisões. As regras do Conselho Monetário Nacional (CMN) determinam a provisão mínima para cada nível de classificação, de 0% (para casos de operações que não se encontram em atraso) até 100% (para operações com mais de 180 dias em atraso).

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

j) Operações de arrendamento mercantil

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas pelos seguintes saldos:

I - valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato; e

II - provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

No cálculo do valor presente é utilizada a taxa equivalente aos encargos financeiros previstos no contrato na data da contratação, incluindo o valor residual garantido.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de:

- (i) Não cancelamento;
- (ii) Opção de compra; e
- (iii) Atualização prefixada e são contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG): registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/ insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de arrendamento mercantil

A provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foi calculada em atendimento ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (máximo).

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. Com o objetivo de atenuar impactos da COVID-19 na economia, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.791/2020, flexibilizou de forma temporária a caracterização de um ativo problemático permitindo que situações de (i) incapacidade financeira da contraparte para honra da obrigação nas condições pactuadas e (ii) reestruturação da operação relativa à exposição, deixem de ser consideradas indicativos de que uma obrigação não será integralmente honrada. Essa flexibilização é válida para reestruturações de operações de crédito realizadas até 30 de setembro de 2020.

k) Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessões de crédito

As cessões foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08, que trata das operações de créditos cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de créditos, deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato.

Os ajustes decorrentes da reversão da provisão para perdas associadas ao risco de crédito registrada na carteira dos fundos são contabilizados na rubrica de “Outros Ativos” e os ajustes decorrentes da sensibilização do atraso das operações em comum entre os Fundos e a Instituição são contabilizados na rubrica de “Outros passivos”.

l) Outros ativos

Bens não de uso

Correspondentes a bens móveis disponíveis para a venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não performados. São ajustados a valor de mercado através de constituição de provisão de acordo com as normas vigentes.

Despesas antecipadas

As despesas com comissões de intermediação de operações de crédito originadas até 01 de janeiro de 2015 são apropriadas de acordo com a resolução pelo prazo da fluência dos respectivos contratos. Nos casos de liquidação antecipada, baixa para prejuízo ou cessão sem retenção substancial de risco das operações de crédito que originaram as comissões, o montante da despesa antecipada relacionada a essas operações é reconhecida integralmente no resultado.

m) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

n) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança e 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

o) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por “*impairment*” são reconhecidas no resultado do período.

p) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Empresa. São registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização calculada pelo método linear e com base nos prazos estimados de recuperação.

O ágio representa o excesso do total da contraprestação paga sobre a diferença entre o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de obtenção do controle da empresa adquirida.

O ágio é capitalizado como um ativo intangível, sendo que qualquer impairment do seu valor contábil é reconhecido na demonstração de resultado.

q) Passivos

Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata” dia.

Demais passivos

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do período.

Provisões

Os passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

- **Passivos Contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião da administração e dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em nota explicativa.
- **Obrigações legais** - São reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A alíquota da CSLL utilizada no exercício de 2019 foi de 15% conforme legislação em vigor. A Emenda Constitucional n.º 103 publicada em 12 de novembro de 2019 altera a CSLL para 20% com vigência a partir de 01/03/2020, apenas para Bancos. Os créditos tributários com projeção de realização a partir de março de 2020, foram constituídos em dezembro de 2019 conforme Circular n.º 3.171/2002 do Banco Central do Brasil.

s) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução n° 3.059 de 31 de Dezembro de 2002 e na Resolução n° 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deva atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

t) Resultados recorrentes / não recorrentes

As políticas internas da Instituição consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, “a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados as sociedades de créditos, financiamento e investimento.

Além disto, a Administração da Instituição considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido da Companhia no exercício de 2020, no montante de R\$ 177.193 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas do Conglomerado Prudencial estão constituídos por:

Descrição	2020	2019
	Valor	Valor
Saldos no Início do Período	377.283	217.296
Disponibilidades	7.412	8.192
Em moeda Nacional	6.959	7.939
Em moeda Estrangeira	453	253
Aplicações	890.688	369.091
No mercado aberto	890.688	369.091
Total de Caixa e Equivalentes a Caixa	898.100	377.283
Aumento líquido de caixa e equivalentes a caixa	520.817	159.987

Aplicações com prazos de vencimentos variados são resgatáveis a qualquer momento, e utilizadas para gestão de caixa.

Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias, liquidez imediata ou apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5 Títulos e valores mobiliários

a) Composição dos títulos e valores mobiliários

Descrição	2020	2019
	Valor	Valor
Disponível para negociação		
Carteira Própria	112.382	8.696
Títulos de Renda Fixa	109.343	8.529
Cotas de Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	3.039	167
Disponível para a venda		
Carteira Própria	41.157	37.898
Títulos de Renda Fixa	28.173	21.921
Títulos de Renda Fixa - vinculados a recompras	-	3.696
Cotas de Fundo de Investimento	12.984	12.281
Vinculados a Prestação de Garantias	60.311	95.763
Títulos Dados em Garantia em Operações em Bolsas	960	7.049
Títulos Dados em Garantias - Op. de Cartão ⁽²⁾	59.351	88.714
Vinculados ao Banco Central	18.954	9.879
Títulos disponíveis para venda	18.954	9.879
Total	232.804	152.236

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2020 as quotas de fundos de investimento e os títulos públicos federais estavam registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e na Instituição emissora dos títulos de capitalização, respectivamente.

⁽²⁾ Referem-se a garantias oferecidas aos Adquirentes para garantir a liquidação das obrigações futuras com estabelecimentos comerciais.

b) Composição por vencimento

Descrição	2020			2019		
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Contábil
Carteira Própria	46.131	24.792	66.592	137.515	137.515	42.898
Vinculados a compromissos de recompra	-	-	-	-	-	3.696
Vinculados a Prestação de Garantias	-	59.351	961	60.312	60.312	95.763
Vinculados ao Banco Central	18.954	-	-	18.954	18.954	9.879
Total	65.085	84.143	67.553	216.781	216.781	152.236

c) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	2º Sem 2020	2020	2019
	Valor	Valor	Valor
Rendas de aplicação s/ títulos de renda fixa e vinculados a garantia	9.111	19.537	26.520
Rendas/(prejuízo) de aplicação s/ cotas de fundos de investimentos	1.383	2.592	1.013
Rendas/(prejuízo) s/ outras formas de aplicação	(91)	(223)	(187)
Total	10.403	21.906	27.346

6 Instrumentos financeiros derivativos

A Omni se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para proteger parte das suas exposições aos riscos de taxas de juros, variação cambial e crédito.

a) Hedge de risco de mercado – operações de DI Futuro

Os instrumentos designados para proteção à parte da exposição ao risco de taxa de juros são contratos futuros da taxa média de Depósitos Interfinanceiros de um dia (DI) negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão.

Descrição	2020		2019	
	Valor de principal	Ajustes	Valor de principal	Ajustes
	Posição vendida	Ajuste Diário	Posição vendida	Ajuste Diário
Mercado futuro				
DI	137.415	(4)	568.698	(106)
DOL	-	-	-	-
	Posição comprada	Ajuste Diário	Posição comprada	Ajuste Diário
Mercado futuro				
DI	-	-	309.394	-

Os contratos futuros são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente nas demonstrações de resultado da Omni S/A. Crédito, Financiamento e Investimento.

b) Hedge Contábil

O ganho ou a perda decorrente da variação do valor justo do objeto do hedge referente à exposição ao risco de taxa de juros é registrado no resultado do período, de forma a se contrapor com a perda ou o ganho registrado dos contratos futuros de DI.

Estratégias/ Risco	2020						Instrumento de Hedge	
	Objeto de Hedge					Resultado	Derivativo	Posição mercado
	Posição mercado	Saldo Acumulado	Marcação a	Amortização*	Resultado			
Hedge de Operações de Crédito/ Valor Justo / Taxa Pré Fixada	113.171	6.502	279	(10.432)	(10.153)	Futuro DI - Posição Vendida	137.415	
						Futuro DI - Posição Comprada	-	

Estratégias/ Risco	2019						Instrumento de Hedge	
	Objeto de Hedge					Resultado	Derivativo	Posição mercado
	Posição mercado	Saldo Acumulado	Marcação a	Amortização*	Resultado			
Hedge de Operações de Crédito/ Valor Justo / Taxa Pré Fixada	868.628	26.634	14.065	(7.486)	6.579	Futuro DI - Posição Vendida	808.520	
						Futuro DI - Posição Comprada	368.213	

* O valor contabilizado no ativo é amortizado ao resultado pelo método linear a partir da data do seu reconhecimento, levando-se em conta o prazo médio da exposição protegida.

c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Os valores de receitas e despesas líquidas, registradas nos exercícios estão demonstrados a seguir:

Descrição	2º Sem 2020	2020	2019
	Valor	Valor	Valor
Prêmio de Opções	-	-	1.033
Contratos Futuros DI	(319)	2.310	(20.759)
Contratos Futuros DOL	-	-	(27)
Total de aplicações	(319)	2.310	(19.753)

Os contratos futuros de DOL e DI são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizadas reconhecidas diretamente nas demonstrações de resultado da Omni S/A. Crédito, Financiamento e Investimento.

d) Instrumentos financeiros derivativos – Margens dadas em garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 960 em 2020 (R\$ 7.049 em 2019) – Nota explicativa 5.a.

7 Operações de crédito

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

a) Composição por tipo de operações de créditos:

Tipo de Operação de Crédito	2020 Valor	2019 Valor
Financiamentos - Setor Privado	2.501.990	2.299.876
Empréstimos - Setor Privado	364.131	352.172
Outros Empréstimos - Cartão de Crédito	285.095	203.917
(+/-) Ajuste A Valor De Mercado Para Financiamentos Objeto De Hedge	6.502	23.332
Outros Financiamentos - Cartão de Crédito	-	11.089
Conta garantida	-	81
Títulos e Créditos a Receber - Nota 10	412.959	246.533
Total da Carteira	3.570.677	3.137.000
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(519.978)	(482.303)
Total Carteira Líquida	3.050.699	2.654.697

b) Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica:

Classificação	2020 Valor	2019 Valor
Comércio	22.660	972
Serviços	76.547	23.692
Pessoas Físicas	3.440.940	3.062.791
Pessoas Jurídicas	1.356	-
Outros Serviços	29.174	49.545
Total da Carteira	3.570.677	3.137.000

c) Composição da carteira por vencimento, considerando as parcelas dos contratos:

Descrição	2020	2019
	Valor	Valor
Total a Vencer:	3.111.993	2.666.440
Até 3 meses	880.365	700.576
De 4 a 12 meses	1.136.098	977.501
De 1 a 3 anos	1.014.525	918.995
De 4 a 5 anos	81.005	69.368
Total Vencidas:	458.684	470.560
Acima de 15 dias	458.684	470.560
Total da Carteira	3.570.677	3.137.000

d) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco:

2020						
Classificação de Risco	Empréstimos e Financiamentos	Títulos e Créditos a Receber	(+/-) Ajuste a Valor De Mercado Para Financiamentos Objeto De Hedge ⁽¹⁾	Total da Carteira	% Risco	Provisão para Perdas esperadas assoc. a risco de crédito
AA	1.376	-	-	1.376	0%	-
A	582.483	138.316	-	720.799	0,5%	(3.604)
B	1.080.031	229.172	-	1.309.203	1%	(13.093)
C	577.311	37.263	-	614.574	3%	(18.437)
D	365.091	6.562	-	371.653	10%	(37.165)
E	81.601	136	-	81.737	30%	(24.521)
F	56.575	126	-	56.701	50%	(28.350)
G	44.307	107	-	44.414	70%	(31.090)
H	362.441	1.277	-	363.718	100%	(363.718)
Sem classificação	-	-	6.502	6.502	-	-
Total	3.151.216	412.959	6.502	3.570.677		(519.978)

*Omni S.A - Crédito, Financiamento e
Investimento - Instituição líder do
Conglomerado Prudencial
Demonstrações Financeiras
Consolidadas do Conglomerado
Prudencial em 31 de dezembro de
2020*

2019						
Classificação de Risco	Empréstimos e Financiamentos	Títulos e Créditos a Receber	(+/-) Ajuste a Valor De Mercado Para Financiamentos Objeto De Hedge ⁽¹⁾	Total da Carteira	% Risco	Provisão para Perdas esperadas assoc. a risco de crédito
AA	81	-	-	81	0,0%	-
A	638.155	93.238	-	731.393	0,5%	(3.657)
B	999.741	116.540	-	1.116.281	1%	(11.163)
C	489.919	25.047	-	514.966	3%	(15.449)
D	214.578	10.622	-	225.200	10%	(22.520)
E	75.397	107	-	75.504	30%	(22.651)
F	56.631	81	-	56.712	50%	(28.356)
G	49.994	82	-	50.076	70%	(35.053)
H	342.639	816	-	343.455	100%	(343.454)
Sem classificação	-	-	23.332	23.332	-	-
Total	2.867.135	246.533	23.332	3.137.000		(482.303)

⁽¹⁾ O ajuste de valor a mercado no montante de R\$ 6.502 (R\$ 23.332 em 2019) refere-se à operação objeto de Hedge conforme nota explicativa 6.b.

Abaixo segregação das carteiras de crédito adquiridas as quais já estão contempladas no quadro anterior.

2020			
Classificação de Risco	Empréstimos e Financiamentos Adquiridos	% Risco	PCLD
H	59.245	100%	(59.245)
Total	59.245		(59.245)

2019			
Classificação de Risco	Empréstimos e Financiamentos Adquiridos	% Risco	PCLD
A	10	0,5%	-
B	5	1%	-
C	15	3%	-
D	29	10%	(3)
E	38	30%	(11)
F	45	50%	(23)
G	69	70%	(48)
H	65.602	100%	(65.602)
Total	65.813		(65.687)

e) Aquisição de carteiras

Durante o exercício, foram adquiridas operações de crédito de empréstimos e financiamentos classificados como “operação com transferência substancial dos riscos e benefícios”, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2020		
	Carteira de crédito ativa	Carteira de crédito não performada	Total adquirido
Valor principal carteira adquirida	40.045	42.457	82.502
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(40.045)	(42.457)	(82.502)
Valor contábil da carteira adquirida	-	-	-
Custo nas aquisições das carteiras	5.979	4.397	10.376
Montante pago nas aquisições	5.979	4.397	10.376
Descrição	2019		
	Carteira de crédito ativa	Carteira de crédito não performada	Total adquirido
Valor principal carteira adquirida	71.968	1.595.152	1.667.120
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(71.855)	(1.595.152)	(1.667.007)
Valor contábil da carteira adquirida	113	-	113
Custo nas aquisições das carteiras	6.754	78.685	85.439
Montante pago nas aquisições	6.754	78.685	85.439

O quadro abaixo demonstra o saldo de custo de aquisição de carteiras e amortização.

Descrição	2020	
	Realização deságio	Amortização custo
Saldo no início do exercício	-	146.764
(+) Novas aquisições	-	10.218
(-) Realização/amortização	-	(64.227)
Total	-	92.755

Descrição	2019	
	Realização deságio	Amortização custo
Saldo no início do exercício	73	129.413
(+) Novas aquisições	-	85.439
(-) Realização/amortização	(73)	(68.088)
Total	-	146.764

f) Resultado das operações de crédito

Descrição	2º Sem 2020	2020	2019
	Valor	Valor	Valor
Rendas de financiamentos	426.859	895.567	878.973
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	401.629	608.071	480.561
Rendas de empréstimos	72.916	157.376	181.703
(+/-) Ajuste a valor de mercado para financiamentos objeto de Hedge	(10.153)	(16.830)	3.278
Resultado de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros ⁽²⁾	-	(37.190)	(4.748)
Resultado na cessão de operações de crédito	-	(2.661)	-
Total	891.251	1.604.333	1.539.767

⁽¹⁾ O resultado dessas recuperações refere-se principalmente ao recebimento das carteiras adquiridas

⁽²⁾ A Pagbem realiza cessões diárias de recebíveis originados por transportadoras e embarcadores, com o objetivo de reduzir o prazo entre a geração do crédito e o recebimento do recurso no caixa da Empresa “prazo friccional”. A participação na empresa Pagbem foi alienada no 2º semestre de 2020.

g) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º Sem 2020	2020	2019
Saldos no início do semestre/exercício	(572.245)	(484.386)	(449.034)
Associadas ao Risco de Crédito	(568.552)	(482.303)	(447.629)
Associadas a Operação de Arrendamento Mercantil	(3.693)	(2.083)	(1.405)
Renegociação de carteira de crédito - não transitada no resultado ⁽¹⁾	(55.254)	(90.347)	(138.644)
A - (Constituição)	(110.927)	(307.136)	(343.685)
(Constituição) - Adquiridas	(19.368)	(42.814)	(140.360)
Valores baixados para prejuízo	233.853	400.742	587.337
Saldos no fim do semestre/exercício	(523.941)	(523.941)	(484.386)
Associadas ao Risco de Crédito	(519.978)	(519.978)	(482.303)
Associadas a Operação de Arrendamento Mercantil	(3.963)	(3.963)	(2.083)
Saldo da constituição líquida de reversão transitada no resultado - (A)	(110.927)	(307.136)	(343.685)
B - (+) Constituição de provisões registradas em outras rubricas	-	-	16.423
Saldo da constituição líquida de reversão transitada no resultado - (A+B+C)	(110.927)	(307.136)	(327.262)

⁽¹⁾ Em fevereiro de 2019 a Omni adotou a renegociação de carteira de crédito em prejuízo conforme Art.º 8 da Resolução 2.682 do CMN, representando um montante de R\$ 90.347 (R\$ 138.644 em 2019).

As operações originadas em renegociação representaram o montante de R\$ 920.048 (R\$ 993.208 em 2019) do valor contábil da carteira de crédito nos exercícios.

Foram recuperados no exercício créditos anteriormente baixados contra a provisão, no montante de R\$ 608.087 (R\$ 480.562 em Dez/2019).

8 Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores em atendimento às normas do Banco Central do Brasil são apresentados em diversas contas patrimoniais as quais são resumidas como segue:

a) Composição da carteira de arrendamento:

	Exercícios	
	2020	2019
Arrendamento a receber - setor privado	9.630	12.867
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(9.452)	(12.701)
Veículos e afins	121	158
Máquinas e equipamentos	53.384	63.255
Subtotal	53.683	63.579
Superveniência de depreciação	11.472	10.401
Depreciação acumulada	(8.612)	(7.758)
Subtotal	2.860	2.643
Arrendamento financeiro	56.543	66.222
Credores por antecipação de valor residual - VRG	(33.373)	(32.826)
Valor presente da carteira de arrendamento mercantil	23.170	33.396

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída com base no valor presente dos contratos de arrendamento mercantil de acordo com a Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

b) Composição da carteira de arrendamento por tipo de cliente e atividade econômica:

	Exercícios	
	2020	2019
Comércio	7.092	8.818
Serviços	6.927	9.472
Pessoas Físicas	3.356	6.280
Outros	1.194	1.449
Indústria	4.601	7.377
Total	23.170	33.396

c) Composição da carteira de arrendamento por vencimento:

	Exercícios	
	2020	2019
Vencidos a partir de 15 dias	1.948	645
A vencer até 90 dias	4.281	5.450
A vencer de 3 meses a 1 ano	9.000	12.629
A vencer de 1 a 5 anos	7.941	14.672
Total	23.170	33.396

A diversificação por prazo é efetuada com base nos vencimentos das parcelas dos contratos ativos.

d) Classificação da carteira de arrendamento por níveis de risco:

Nível de risco	2020		
	Base de cálculo	% Provisão	Provisão
A	7.409	0,5%	37
B	5.180	1,0%	52
C	4.334	3,0%	130
D	1.983	10,0%	197
E	577	30,0%	173
F	421	50,0%	211
G	345	70,0%	242
H	2.921	100,0%	2.921
	23.170		3.963

Nível de risco	2019		
	Base de cálculo	% Provisão	Provisão
A	14.355	0,5%	72
B	8.508	1,0%	85
C	5.154	3,0%	154
D	3.569	10,0%	357
E	384	30,0%	115
F	119	50,0%	60
G	223	70,0%	156
H	1.084	100,0%	1.084
	33.396		2.083

e) **Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de arrendamento mercantil**

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de arrendamento mercantil, como requerido pela Resolução CMN nº 2682/99 em 31 de dezembro de 2020, estavam assim distribuídos:

	2º Semestre	Exercícios	
	2020	2020	2019
Saldo Inicial	3.694	2.083	1.405
Constituição	1.293	3.920	1.953
Reversão	-	-	(399)
Baixados para prejuízo	(1.024)	(2.040)	(876)
Saldo final	3.963	3.963	2.083

f) **Resultado de operações de Arrendamento Mercantil**

	2º Semestre	Exercícios	
	2020	2020	2019
Rendas de arrendamento financeiro - recursos internos	3.001	6.436	5.861
Rendas de superveniência/insuficiência de arrendamento	(420)	935	2.138
Lucros na alienação de bens arrendados	2.761	4.305	4.679
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	38	54	655
Despesas de arrendamento mercantil	(2.713)	(5.823)	(5.961)
Total	2.667	5.907	7.372

9 Outros ativos

Descrição	Circulante	2020		2019
		Longo prazo	Total	Total
Custo de aquisição de carteira de créditos ⁽¹⁾	46.589	46.166	92.755	146.764
Devedores diversos - país	38.501	-	38.501	48.745
Devedores por depósitos em garantia ⁽²⁾	-	53.284	53.284	49.427
Impostos e contribuições a compensar ⁽³⁾	15.002	-	15.002	10.260
Rendas a receber	3.083	-	3.083	3.036
Despesas Antecipadas ⁽⁵⁾	31.931	-	31.931	32.052
Outros valores e bens ⁽⁴⁾	1.351	-	1.351	1.070
Total	136.457	99.450	235.907	291.354

⁽¹⁾ Composto pelo saldo remanescente do valor pago na aquisição das carteiras de créditos, que serão realizados de acordo com a expectativa de recebimento dos créditos - Nota explicativa 7.e.

⁽²⁾ Depósitos bancários ao poder judiciário para garantia em ações judiciais.

⁽³⁾ Representados por impostos e contribuições antecipados para compensação futura.

⁽⁴⁾ Correspondentes a veículos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento. São ajustados a valor de mercado, de acordo com as normas vigentes. Em 31 de dezembro de 2020 seus saldos totalizavam R\$ 1.351, líquidos de provisões para desvalorização (R\$ 1.070 em 2019). Representados por impostos e contribuições antecipados para compensação futura.

⁽⁵⁾ As despesas antecipadas referem-se substancialmente a comissão sobre colocação de CDB R\$ 27.116 em 2020 (R\$ 27.603 em 2019).

10 Investimentos

Omni S.A - Crédito, Financiamento e Investimento - Instituição líder do Conglomerado Prudencial Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2020

2020							
Investidas							
Descrição	Agility Gestão e Cobrança Ltda.	Omni Informática Ltda.	Certa - Central de Registro de Títulos e Ativos	Participação minoritária nas controladas	Total Investimento	Pagbem Serviços Financeiros e de Logística Ltda	Total Equivalência
Saldo em 31.12.2019	4.509	2.726	558	-	7.793	-	-
Patrimônio líquido da investida	22.649	5.554	14.029	-	42.232	-	-
Resultado do exercício da investida	25.638	2.827	-	-	28.465	-	-
Distribuição de dividendos	(7.200)	-	-	-	(7.200)	-	-
Percentual de participação	89,99%	99,99%	3,97%	0,00%	-	0,00%	-
Aumento de capital	-	-	563	-	563	-	-
Equivalência patrimonial ¹	23.072	2.827	-	(255)	25.644	(1.393)	24.251
Participação minoritária ajustada no PL	-	-	-	255	255	-	255
Saldo em 31.12.2020	20.381	5.553	1.121	-	27.055	(1.393)	24.506

¹ As ações da Pagbem, antes eliminadas para efeitos do Balanço Consolidado, foram alienadas no segundo semestre de 2020

2019							
Investidas							
Descrição	Agility Gestão e Cobrança Ltda.	Omni Informática Ltda.	Certa - Central de Registro de Títulos e Ativos	Participação minoritária nas controladas	Total	Pagbem Serviços Financeiros e de Logística Ltda	Total
Saldo em 31.12.2018	19.105	3.396	319	-	22.820	-	-
Patrimônio líquido da investida	5.011	2.727	14.029	-	21.767	-	-
Resultado do exercício da investida	11.282	(670)	-	-	10.612	-	-
Distribuição de dividendos	(24.749)	-	-	-	(24.749)	-	-
Percentual de participação	89,99%	99,99%	3,97%	0,00%	-	0,00%	-
Aumento de capital	-	-	239	-	239	-	-
Equivalência patrimonial	10.153	(670)	-	-	9.483	-	9.483
Saldo em 31.12.2019	4.509	2.726	558	-	7.793	-	9.483

Em 30 de abril de 2019, o OMNI Banco S.A. adquiriu participação de 92% do Capital Social da empresa Pagbem Serviços Financeiros e de Logística Ltda. A empresa tem por objeto social, dentre outros, a administração de meio eletrônico de pagamento, conforme estabelecido na Lei nº 12.865/13, que dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento. Em dezembro de 2020, o OMNI Banco S.A. alienou a totalidade de sua participação acionária na empresa Pagbem Serviços Financeiros e de Logística Ltda.

11 Intangível

a) Composição do Intangível

Descrição	2020	2019
	Valor	Valor
	38.950	87.338
Ágio na aquisição de investime	37.964	71.326
Softwares	986	7.763
Softwares em desenvolvimento	-	8.249
Amortizações	(38.173)	(46.725)
Amortizações acumuladas	(38.173)	(46.725)
Total	777	40.613

12 Depósitos, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses

a) Composição por vencimento dos depósitos

Descrição	2020							2019	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total	Total
Depósitos à vista	45.490	-	-	-	-	-	-	45.490	29.671
Captação no mercado aberto	-	-	-	-	-	-	-	-	3.696
Depósitos interfinanceiros ⁽¹⁾	-	20.876	1.231	-	-	-	-	22.107	1.809
Depósitos a prazo ⁽²⁾	-	215.469	471.808	1.433.061	364.763	82.092	1.095	2.568.288	2.078.425
Recursos de aceites cambiais - Letras de câmbio (LC) ⁽²⁾	-	2.957	29.060	9.343	94	20.971	3.071	65.496	194.828
Letras financeiras subordinadas ⁽³⁾	-	167.812	281.772	195.803	-	-	-	645.387	425.061
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	-	-	-	-	-	27.460	288.392	315.852	205.439
Empréstimos no exterior ⁽⁴⁾	-	-	-	75.147	-	-	-	75.147	100.285
Empréstimos no país	-	-	-	-	-	-	-	-	11.890
Contas de pagamento pré - paga	28.358	-	-	-	-	-	-	28.358	10.781
Total	73.848	407.113	783.871	1.713.354	364.857	130.523	292.558	3.766.125	3.061.885

⁽¹⁾ Os depósitos interfinanceiros junto ao Omni Banco são atualizados a uma taxa que varia entre 100% do CDI e 100% do CDI mais 3% ao ano.

⁽²⁾ Depósitos a prazo e os recursos de aceites cambiais são atualizados a uma taxa que varia entre 100% a 148% ao ano.

⁽³⁾ Letras financeiras subordinadas são atualizadas a 136% do CDI ou taxa Selic + 5%

⁽⁴⁾ Refere-se a captação de recursos junto ao Inter-American Development Bank (BID Invest) em junho de 2019 atualizada a uma taxa de 100% do CDI mais 2,1% ao ano.

b) Despesas com operações de captação do mercado

Descrição	2º sem 2020	2020	2019
	Valor	Valor	Valor
Recursos de aceites cambiais	(4.768)	(12.108)	(41.853)
Depósitos a prazo	(64.726)	(133.663)	(158.236)
Depósitos interfinanceiros	(516)	(901)	(5)
Despesas de operações compromissadas	(18)	(45)	(130)
Despesas com letras financeiras	(9.327)	(21.152)	(12.984)
Outras despesas de captação	(1.656)	(3.117)	(2.862)
Total	(81.011)	(170.986)	(216.070)

13 Outros passivos

a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	2020	2019
	Total	Total
Imposto de renda e contribuição social	8.157	7.503
Contribuição para o COFINS	3.959	4.046
Impostos e contribuições serviços de terceiros	1.364	1.202
Impostos e contribuições sobre salários	2.237	1.564
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.990	1.373
Programa de Integração Social - PIS	643	665
Outros	444	196
Total	18.794	16.549

b) Diversas

Descrição	2020	2019
Credores diversos - país:	Total	Total
Contas a pagar Bandeira - Private Label e Visa ⁽¹⁾	434.354	274.402
Outras obrigações ⁽²⁾	31.672	32.702
Comissões a pagar ⁽³⁾	15.169	11.548
Outras contas a pagar	13.575	9.046
Total	494.770	327.698

⁽¹⁾ Contas a pagar - Bandeiras estão representadas por valores a repassar a bandeira Visa e aos estabelecimentos que possuem os cartões “private-label”, referente a compras efetuadas com o cartão de crédito.

⁽²⁾ Composto, substancialmente por seguros a repassar no montante de R\$ 8.272 (R\$ 6.402 em 2019), R\$ 12.098 (R\$ 9.626 em 2019) referente a obrigações de folha de pagamento e R\$ 5.117 (R\$ 3.009 em 2019) de operações pendente de liberação.

⁽³⁾ As comissões a pagar estão representadas pelos valores devidos aos correspondentes bancários credenciados pela Instituição.

14 Provisões

a) Composição das provisões

A Instituição é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em Remota, Possível e Provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda.

O quadro abaixo demonstra a movimentação das provisões:

Descrição	2020			
	Saldo em 31/12/2019	Constituição	(Reversão)	Saldo em 31/12/2020
Ações fiscais	41.369	620	-	41.989
Ações trabalhistas e cíveis ⁽¹⁾	30.051	14.941	(16.316)	28.676
Total	71.420	15.561	(16.316)	70.665

Descrição	2019			
	Saldo em 31/12/2018	Constituição	(Reversão)	Saldo em 31/12/2019
Ações fiscais	46.957	1.353	(6.941)	41.369
Ações trabalhistas e cíveis ⁽¹⁾	33.248	17.794	(20.991)	30.051
Total	80.205	19.147	(27.932)	71.420

(1) Refere-se à provisão para perdas com ações judiciais de natureza cível e trabalhista movidas contra a Instituição. A provisão é apurada com base no valor estimado de perda de realização das causas de acordo com o parecer das assessorias jurídica.

b) Detalhamento dos processos judiciais classificados por probabilidade de perda

Perdas	2020						TOTAL	
	Ações trabalhistas		Obrigações fiscais		Riscos cíveis		Qtde.	Valor
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor		
Prováveis	234	3.658	14	42.163	17.023	24.844	17.271	70.665
Possíveis	-	-	2	246	2	6.900	4	7.146
TOTAL	234	3.658	16	42.409	17.025	31.744	17.275	77.811

Perdas	2019						TOTAL	
	Ações trabalhistas		Obrigações fiscais e previdenciárias		Riscos cíveis		Qtde.	Valor
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor		
Prováveis	144	3.088	25	41.567	17.673	26.765	17.842	71.420
Possíveis	-	-	2	246	2	6.900	4	7.146
TOTAL	144	3.088	27	41.813	17.675	33.665	17.846	78.566

15 Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Omni S.A - Crédito, Financiamento e Investimento - Instituição líder do Conglomerado Prudencial Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2020

Descrição	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
A - Resultado antes do imposto de renda, da contribuição social e dos Juros sobre Capital Próprio	64.904	64.904	37.112	37.112
Adições	323.390	323.390	353.860	353.860
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	307.136	307.136	327.262	327.262
Provisão para perdas outros valores e bens	123	123	(118)	(118)
Provisões operacionais	4.498	4.498	14.956	14.956
Despesas não dedutíveis	1.024	1.024	1.175	1.175
Provisão perdas com carteiras securitizadas	5.541	5.541	4.519	4.519
Outras adições	4.987	4.987	6.066	6.066
Incentivos Fiscais	81	81	-	-
Exclusões	(365.208)	(365.208)	(370.841)	(370.841)
Reversão de provisões operacionais	(8.466)	(8.466)	(11.071)	(11.071)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	(61.479)	(61.479)	(38.634)	(38.634)
Perdas com créditos - Lei 9.430	(249.821)	(249.821)	(276.935)	(276.935)
Reversão de provisão para contingências	(756)	(756)	(8.786)	(8.786)
Perda no Recebimento de Crédito	(3.450)	(3.450)	(5.000)	(5.000)
Participação em controladas	(24.251)	(24.251)	(9.453)	(9.453)
Juros S/ Capital Próprio	(16.050)	(16.050)	(18.824)	(18.824)
Superveniência Depreciação	(935)	(935)	(2.138)	(2.138)
Lucro real antes da compensação	23.086	23.086	20.131	20.131
(-) Compensação de prejuízos fiscais	(3.236)	(3.236)	(6.442)	(6.442)
Lucro real após a compensação	19.850	19.850	13.689	13.689
Total de imposto de renda e contribuição social (i)	(5.322)	(3.060)	(4.792)	(2.904)
Dedução incentivos fiscais - Rouanet/FUMCAD/PRONOM	135	-	150	-
Dedução incentivos fiscais - PAT	89	-	43	-
Alíquotas de 9%, 15% e 20%	(3.251)	(3.060)	(2.904)	(2.904)
Adicional 10%	(2.071)	-	(1.888)	-
Ativo fiscal diferido	69.690	50.757	34.874	26.809

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

Descrição	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo fiscal / Base negativa de CSLL	188.940	188.940	25.257	25.257
Adições temporárias:	719.901	719.901	624.640	624.640
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	686.983	686.983	587.602	587.602
Provisão para perdas outros valores e bens	528	528	405	405
Provisão para contingências	27.140	27.140	27.302	27.302
Ajuste a valor de mercado	272	272	198	198
Demais provisões temporárias	4.978	4.978	9.133	9.133
Total das diferenças temporárias	908.841	908.841	649.897	649.897
Total do crédito tributário	227.210	151.427	162.475	102.392

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Descrição	31/12/2020										
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
%	49,29%	29,45%	6,32%	5,17%	4,81%	4,05%	0,66%	0,12%	0,08%	0,07%	100,00%
IRPJ	113.536	67.964	13.702	11.088	10.248	8.593	1.439	290	196	154	227.210
CSLL	73.046	43.536	10.219	8.482	7.947	6.743	1.064	177	119	94	151.427
Valor previsto	186.582	111.500	23.921	19.570	18.195	15.336	2.503	467	315	248	378.637
Valor presente	182.924	107.170	22.541	18.080	16.480	13.618	2.179	399	264	203	363.858

Em 31 de dezembro de 2020, os valores presentes desses créditos tributários montam a R\$ 363.858 (R\$ 241.537 em 2019) considerando-se a taxa Selic de 2,0% ao ano

d) Movimentação dos créditos tributários

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Realização	31/12/2020
Prejuízo fiscal / Base negativa de CSSL	9.020	86.608	(10.941)	84.687
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	241.032	169.267	(129.551)	280.748
Provisão para perdas outros valores e bens	162	86	(37)	211
Provisão para contingências	10.921	862	(892)	10.891
Demais provisões temporárias	3.653	562	(2.224)	1.991
(=) Subtotal do crédito tributário	264.788	257.385	(143.645)	378.528
(+) Ajuste a valor de mercado - Outros Resultados Abrangentes	79	1.143	(1.113)	109
(=) Total do crédito tributário	264.867	258.528	(144.758)	378.637

Conciliação Ativo Fiscal Diferido versus Movimentação Crédito Tributário

	31/12/2020
Resultado - Movimentação crédito tributário diferido exercício	120.447
(+) Crédito tributário sobre ajuste a valor mercado (outros resultados abrangentes)	30
(+) Obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação	375
(-) Exclusão crédito tributário por alienação de participação na controlada Pagbem	(7.082)
(=) Subtotal	(6.677)
(=) Movimentação crédito tributário	113.770

e) Obrigação fiscal diferida

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo patrimonial de ajuste de superveniência de depreciação, resultou na provisão para passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 4.449 (R\$ 4.075 em 2019), registrados na rubrica de "Obrigações fiscais diferidas"

16 Transações com partes relacionadas

a) Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

Os gastos com honorários da diretoria em 2020 foram no montante de R\$ 7.035 (R\$ 5.692 em 2019).

A Instituição concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não monetários (assistência médica, vale alimentação e refeição).

A Instituição não concede benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros de longo prazo para os seus empregados.

b) Transações com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas (acionistas, familiares, diretores e sociedades ligadas aos acionistas ou familiares), relativos à captação de recursos constantes nas rubricas de depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e instrumentos de dívida elegíveis a capital totalizam R\$

460.180 (R\$ 443.888 em 2019), e são remunerados a uma taxa que varia entre 100% a 148% do Certificado de Depósito Bancário - CDI, de acordo com o prazo da aplicação.

Em julho de 2019, a Multibens Companhia Securitizadora Créditos Financeiros realizou uma Securitização para a Omni Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros.

17 Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social é de R\$ 300.000 (R\$ 164.088 em 2019) e estão representadas por 211.672.663 (211.672.663 em 2019) ações, sendo 186.862.543 ON (ordinárias) e 24.810.120 PN (preferenciais), totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

Em 30 de março de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social de R\$ 135.912 correspondente a 211.672.633 (duzentas e onze milhões, seiscentas e setenta e duas mil e seiscentos e trinta e três) ações.

b) Reservas de lucros

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da Lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

Foram distribuídos no exercício o montante de R\$ 2.949 (R\$ 6.000 em 2019).

Em 07 de fevereiro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício de 2020, calculados entre o período compreendido entre janeiro e fevereiro de 2020, no montante de R\$ 2.934.

Em 03 de março de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício de 2020, calculados durante o período de março de 2020, no montante de R\$ 1.467.

Em 30 de março de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição dos lucros no valor de R\$ 2.949 referentes ao exercício de 2019.

Em 01 de abril de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício de 2020, calculados durante o período de março de 2020, no montante de R\$ 1.406.

Em 03 de setembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício de 2020, calculados durante o período de maio e junho de 2020, no montante de R\$ 2.480.

Em 05 de outubro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício de 2020, calculados durante o período de julho e agosto de 2020, no montante de R\$ 2.744.

Em 04 de novembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício de 2020, calculados durante o período de setembro de 2020, no montante de R\$ 1.318.

Em 04 de dezembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício de 2020, calculados durante o período de outubro e novembro de 2020, no montante de R\$ 2.462.

Em 29 de dezembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício de 2020, calculados durante o período de dezembro de 2020, no montante de R\$ 1.239.

d) Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

e) Não controlador

A participação de não controladores é representada por 100% do Patrimônio Líquido da Multibens – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros e 8% do Patrimônio Líquido da Pagbem Serviços Financeiros e de Logística Ltda (A participação de 8% na Pagbem aplica-se somente ao ano de 2019, já que houve alienação da participação na empresa no exercício de 2020).

18 Outras receitas operacionais

a) Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º Sem 2020	2020	2019
	Valor	Valor	Valor
Anuidade cartão de crédito	25.892	50.169	40.498
Receita de avaliação e cadastro	17.667	27.784	22.284
Comissão sobre compras cartão	22.658	39.832	26.969
Intermediação de seguros	15.699	26.687	24.173
Serviços de gestão MDR	-	16.252	26.926
Outras receitas	3.648	9.315	9.196
Total	85.564	170.039	150.046

b) Outras receitas operacionais

Descrição	2º Sem 2020	2020	2019
	Valor	Valor	Valor
Recuperação de encargos e despesas	7.726	15.058	10.942
Atualização de impostos à compensar	225	613	1.408
Deságio na aquisição de carteira de créditos	-	-	98
Reversão de provisões operacionais	700	700	-
Receita De Securitização	8.748	13.959	14.657
Outras rendas operacionais	2.084	5.372	3.335
Outras rendas de cartão de crédito	8.458	17.545	13.659
Total	27.941	53.247	44.099

19 Outras despesas operacionais

a) Despesas de pessoal

Descrição	2º Sem 2020	2020	2019
	Valor	Valor	Valor
Remuneração	(20.747)	(43.248)	(27.661)
Encargos	(6.451)	(13.717)	(9.758)
Benefícios	(4.707)	(9.598)	(6.327)
Treinamentos	(421)	(785)	(988)
Provisão PPR	(6.773)	(7.970)	(7.055)
Total	(39.099)	(75.318)	(51.789)

b) Despesas com serviços de terceiros

Descrição	2º Sem 2020	2020	2019
	Valor	Valor	Valor
Despesas com comissões ⁽¹⁾	(117.724)	(209.477)	(204.311)
Serviços técnicos especializados ⁽²⁾	(51.505)	(102.200)	(90.450)
Total	(169.229)	(311.677)	(294.761)

⁽¹⁾ referem-se substancialmente a comissões.

⁽²⁾ referem-se substancialmente a gastos com consultoria jurídica e consultoria em gestão de recebíveis.

c) Outras despesas administrativas

Descrição	2º Sem 2020	2020	2019
	Valor	Valor	Valor
Processamento de dados	(25.689)	(52.109)	(35.961)
Serviços do sistema financeiro	(16.885)	(32.526)	(32.066)
Comunicações	(5.181)	(9.773)	(9.134)
Emolumentos judiciais e cartorários	(4.718)	(6.864)	(8.217)
Promoções e relações públicas	(1.152)	(5.803)	(6.370)
Despesas de aluguéis	(2.105)	(4.914)	(3.894)
Despesa com despachante	(1.211)	(2.372)	(2.765)
Despesas com alienação	(27.400)	(47.571)	(57.692)
Despesas com atendimento	(5.746)	(14.370)	(24.069)
Despesas com materiais expediente	(1.735)	(4.511)	(4.980)
Outros Serviços de terceiros	(3.332)	(7.867)	(12.090)
Outras despesas administrativas	(4.280)	(12.090)	(30.395)
Total	(99.434)	(200.770)	(227.633)

d) Despesas tributárias

Descrição	2º Sem 2020	2020	2019
	Valor	Valor	Valor
Despesa com COFINS	(20.917)	(44.545)	(42.845)
Despesa com ISS	(3.678)	(6.894)	(5.940)
Despesa com PIS	(3.399)	(7.323)	(7.091)
Outras despesas tributárias	(34)	(107)	(120)
Total	(28.028)	(58.869)	(55.996)

e) Outras despesas operacionais

Descrição	2º Sem 2020	2020	2019
	Valor	Valor	Valor
Perdas com fraudes	(1.063)	(2.221)	(2.575)
Outras despesas operacionais - cartão de crédito	(6.707)	(13.230)	(6.187)
Custo de aquisição de carteiras	(28.286)	(67.658)	(77.800)
Outras despesas operacionais	(16.073)	(25.849)	(28.068)
Total	(52.129)	(108.958)	(114.630)

20 Indicadores de risco (Basileia) e limites operacionais

a) Demonstrativo de cálculo de índice de Basileia

Descrição	2020	2019
Patrimônio de referência	734.906	471.100
Patrimônio de referência nível I	647.303	418.732
Capital Principal – CP	419.053	296.484
Capital Complementar - CC (Instrumentos Híbridos)	228.250	122.248
Patrimônio de referência nível II	87.603	52.369
Letra Financeira Subordinada	87.603	52.369
Patrimônio de referência total (nível I + nível II)	734.906	471.101
Patrimônio de referência (a)	734.906	471.101
RWACpad – crédito	232.764	208.668
RWAMpad – PCam	81	101
RWAOpad - operacional	117.187	96.414
Patrimônio de referência exigido (b)	350.032	305.183
Adicional de Conservação de Capital Principal (c)	54.693	95.370
Margem antes do Rban (a- b - c)	330.181	70.548
Rban - Juros carteira não negociável (d)	13.223	17.275
Margem (a - b - c - d)	316.958	53.273
Ativo ponderado pelo risco (i) (ii) (e)	4.375.406	3.814.788
Índice de Basileia (a/e)	16,80%	12,35%

- (i) A partir de 1º de janeiro de 2019, através da Resolução nº 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração de 8% do RWA (Risk Weight Asset) com base no Patrimônio de Referência.
- (ii) A partir de 1º de janeiro de 2015, através das Resoluções nº 4.278 e 4.192 do CMN, o cálculo do índice da Basileia aplica-se às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

21 Gerenciamento de riscos

a) Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, Mercado e Crédito.

O Conglomerado Omni, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557/17, possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos

relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados, cujas classes principais são: risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez e risco de taxa de juros da carteira bancária.

Complementarmente, a Omni conta também com estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a necessidade de capital para face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios.

- b) Gerenciamento de capital:** a Omni avalia a adequação de seu Patrimônio de Referência (PR) para fazer face aos riscos assumidos em suas operações com base nos modelos padronizados estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. A estrutura responsável pelo gerenciamento de capital da Omni é adequada à complexidade de suas operações.
- c) Risco de mercado:** os instrumentos financeiros do Conglomerado Omni são classificados como carteira de não negociação (carteira bancária). A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do Risco de Mercado atua por meio de normativas, metodologias e limites condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da Omni.
- d) Risco de crédito:** o processo de crédito, desde a proposição e captura dos dados cadastrais até o encaminhamento para cobrança, é suportado por sistema integrado proprietário desenvolvido internamente. O monitoramento contínuo da exposição ao risco de crédito ocorre tanto em nível individual quanto em nível agregado de operações com características semelhantes, visando a detecção tempestiva de indícios de deterioração da qualidade da carteira.
- e) Risco de Liquidez:** a Omni trabalha com níveis de liquidez (“colchão”) para horizontes de curto e longo prazo, e análise constante de sua adequação para fazer face aos descasamentos do fluxo de caixa. O gerenciamento de risco de liquidez é conduzido de forma centralizada para o Conglomerado Prudencial Omni e considera os impactos dos riscos associados às demais empresas controladas por instituições integrantes do Conglomerado.
- f) Risco Operacional:** a análise qualitativa de riscos é realizada por meio do mapeamento de processos, que consiste em levantar e documentar o fluxo das principais atividades do Conglomerado, de modo a obter os elementos necessários para identificação e análise dos riscos inerentes.

Informações adicionais relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos da Omni estão disponíveis no Relatório de Gestão de Riscos, que poderá ser consultado no site da empresa (www.omni.com.br) no prazo estabelecido pela Circular nº 3.678/13.

22 Outras infirmações

O Governo Brasileiro por meio do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos, redução de compulsório e aspectos relacionados a capital.

Visando assegurar a continuidade dos negócios, preservar a vida e saúde dos clientes, colaboradores, familiares e dos parceiros comerciais, a Instituição tomou as seguintes medidas:

- Criação de um Comitê de Crise composto pelos membros da Instituição;
- Seguiu as recomendações da OMS e Ministério da Saúde para combate a pandemia;
- Viabilizou o home office para todos os seus colaboradores próprios e terceirizados sem definição de retorno as instalações da Instituição e provendo todo equipamento tecnológico e ergonômico, visando assim manter a alta performance desses, bem como o distanciamento social;
- Aderiu a MP nº 927 e a MP nº 936, que previam principalmente:
- Flexibilização das férias dos colaboradores;
- Tele trabalho;

Seguindo orientações do Banco Central, a Instituição implementou política temporária com iniciativas concretas para apoiar seus clientes que sofrem de problemas de liquidez em decorrência da Pandemia. Salienta-se que a Instituição mantém suas atividades sem prejuízo ao desenvolvimento de suas operações, estabelecendo estratégias para manutenção e oferta contínua de soluções financeiras ao mercado.

Por fim, foram adotadas medidas para contenção da COVID-19, bem como acompanhamento e avaliação dos impactos identificados desta pandemia em seus resultados, estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das Demonstrações Financeiras.

23 Eventos subsequentes

Majoração da alíquota da Contribuição Social – Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021

Banco

A Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021 alterou a lei nº 7.689 de 15/12/1988 e a Lei Complementar nº 105 de 10/01/2001 em seu artigo 1º inciso I majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 20 % para 25% para o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 retornando a 20% a partir de 1º de janeiro de 2022.

A majoração vai afetar a Contribuição Social corrente no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 e estamos reavaliando o estoque de crédito tributário que se realizará neste período.

CFI e Leasing

A Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021 alterou a lei nº 7.689 de 15/12/1988 e a Lei Complementar nº 105 de 10/01/2001 em seu artigo 1º inciso VII majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 15 % para 20% para o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 retornando a 15% a partir de 1º de janeiro de 2022.

A majoração vai afetar a Contribuição Social corrente no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 e estamos reavaliando o estoque de crédito tributário que se realizará neste período.

Não há outros eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações para as Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

* * *

Diretoria

William Gouveia Lima
Contador CRC 1SP273890/O-0